

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUIZ ALBERTO GOMES VIANA

**CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS: UMA ANÁLISE DO PERCENTUAL DE
DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA
BM&FBOVESPA EM CONFORMIDADE COM O CPC 20 (R1)**

RIO VERDE, GO

2016

LUIZ ALBERTO GOMES VIANA

**CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS: UMA ANÁLISE DO PERCENTUAL DE
DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA
EM CONFORMIDADE COM O CPC 20 (R1)**

O TCC II apresentada à Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Ma. Eliene Aparecida de Moraes

RIO VERDE, GO

2016

Ficha Catalográfica

VIANA, Luiz Alberto Gomes.

Custos de empréstimos: uma análise do percentual de divulgação das empresas brasileira listadas na BM&FBovespa em conformidade com CPC 20 (R1)/ Luiz Alberto Gomes Viana. – Rio Verde - 2016
43f.

Monografia (Graduação) apresentada à Universidade de Rio Verde UniRV
– Faculdade de Ciências Contábeis, 2016.
Orientador Prof.^a Ma. Eliene Aparecida de Moraes

1. Custos de empréstimos. 2. Ativos qualificado. 3. Encargos financeiros.
4. Capitalização de juros.

Bibliotecário(a) responsável:


LUIZ ALBERTO GOMES VIANA

**CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS: UMA ANÁLISE DO PERCENTUAL DE
DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA
BM&FBOVESPA EM CONFORMIDADE COM O CPC 20 (R1)**

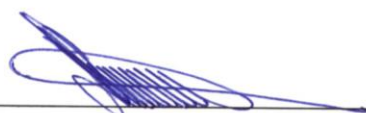
Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, GO, 23 de novembro de 2016

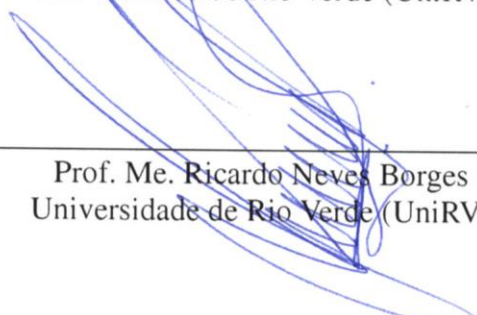
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Ma. Eliene Aparecida de Moraes
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Esp. Leonardo Antônio Rodrigues
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Me. Ricardo Neves Borges
Universidade de Rio Verde (UniRV)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que tem me sustentado e fortalecido em todos os momentos da minha vida.

Em segundo lugar aos meus pais Antônio Aparecido Viana e Luzirene Gomes Viana, que sempre me apoiaram e incentivaram para a conclusão deste curso.

Aos professores e amigos da Universidade, que estiveram comigo em todo este tempo, contribuindo para acrescentar experiências e conhecimentos na minha vida.

RESUMO

Os encargos financeiros associados à produção ou construção de um ativo qualificado devem ser capitalizados formando parte dos custos do ativo. O objetivo desta pesquisa é identificar o percentual de divulgação das informações contábeis de acordo com o CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos no período de 2011 até 2015 de 30 empresas listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa. A pesquisa se justifica pela necessidade de se conhecer a correta divulgação dos custos de empréstimos para que o requisito de comparabilidade das demonstrações possa ser atendido, visto que os encargos financeiros podem ser registrados de outras formas influenciando os índices da análise de balanço. Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, bibliográfica, qualitativa-quantitativa e coleta de dados indireta. Na análise dos dados, foi encontrado um percentual médio de divulgação de 31%, 35%, 35%, 46% e 41% referente aos anos 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente. Das 21 empresas analisadas apenas uma divulgou todos os itens do checklist elaborado, enquanto 8 empresas não tiveram nenhum item divulgado. Dessa forma, os itens divulgados foram insuficientes para as empresas estarem enquadradas dentro da norma.

Palavras-chaves: Custos de empréstimos. Ativo qualificado. Encargos financeiros. Capitalização de juros.

ABSTRACT

Financial costs associated with the production or construction of a qualifying asset must be capitalized forming part of the asset costs. The objective of this research is to determine the percentage of disclosure of financial information in accordance with CPC 20 (R1) - Borrowing costs from 2011 to 2015 of 30 companies listed on the New Market segment at BM&FBovespa. The research is justified by the need of knowing the correct disclosure of borrowing costs for the comparability requirement of statements can be met, as the financial taxes can be registered in other ways influencing the indexes of balance analysis. This research is characterized as descriptive, bibliographic, qualitative-quantitative and collection of indirect data. In the data analysis an average percentage of disclosure of 31%, 35%, 35%, 46% and 41% from 2011 to 2015, respectively, was observed. Out of the 21 companies analyzed only one disclosed all the items from the checklist elaborated, while eight companies had no item reported. The classification, as the quartile, of the average release was regular. Thus the items disclosed were insufficient for the companies to be framed within the norm.

Key words: Borrowing costs. Qualified assets. Financial taxes. Interest capitalization.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Empresas componentes da amostra	26
QUADRO 2 – Instrumento de coleta de dados	27
QUADRO 3 – Percentual de divulgação das empresas componentes da amostra	29
QUADRO 4 – Percentual de divulgação por setor de atuação	30
QUADRO 5 – Percentual médio de divulgação por quesito	31
QUADRO 6 – Classificação da divulgação por ordem decrescente	33
QUADRO 7 – Mediana dos ativos totais durante os anos estudados.....	34
QUADRO 8 – Percentual médio de divulgação versus tamanho da empresa.....	34
QUADRO 9 – Mediana Grau de Endividamento	35
QUADRO 10 – Percentual Médio de Divulgação versus Grau de Endividamento	35
QUADRO 11 – Percentual Médio de Divulgação versus Empresa de Auditoria	36

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

BACEN – Banco Central do Brasil

BM&FBOVESPA – Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros de São Paulo

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DOAR – Demonstração Origem e Aplicação de Recursos

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	112
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	145
2.2 TIPOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	157
2.3 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	17
2.4 PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS	18
2.4.1 Custos de empréstimos	19
2.4.2 Reconhecimento e capitalização.....	20
2.4.3 Divulgação de informações sobre custos de empréstimos	21
2.4.4 Fatores que influenciam a divulgação de informações contábeis	22
3 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS	24
3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DE ESTUDO	246
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	278
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
4.1 ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO POR SETOR DA ECONOMIA	30
4.2 ITENS DE MAIOR E MENOR DIVULGAÇÃO	31
4.3 ANÁLISE DOS QUARTIS E RANKING DAS EMPRESAS POR DIVULGAÇÃO ...	32
4.4 ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO.....	33
5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES.....	46

1 INTRODUÇÃO

A convergência às normas internacionais proposta pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ao elaborar o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos estabeleceu os critérios para reconhecimento, capitalização e divulgação dos custos de empréstimos¹ quando da aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável².

Antes da vigência do CPC 20 (R1) (2011), os custos de empréstimos eram registrados como despesa do período e como tratamento alternativo podiam ser capitalizados quando associados a um ativo qualificável. Essa duplicidade de tratamento distorcia a comparação das demonstrações contábeis, problema este resolvido com a aprovação do CPC 20 (R1) (2011).

O Relatório de Estabilidade Financeira divulgado pelo Banco Central do Brasil em março de 2015, identificou que, após o período pós-crise, as empresas estão aumentando seu endividamento, através de empréstimos bancários e adicionalmente pela da emissão de títulos, com isso, o índice de alavancagem financeira, utilizado pelos investidores na análise das demonstrações contábeis, está melhorando, ou seja, as empresas estão utilizando mais capital de terceiros para financiar suas atividades e, com isso, trazendo mais retorno aos investidores.

Os custos de empréstimos estudados nesta pesquisa não levam em conta os ativos qualificáveis produzidos ou construídos com recursos próprios, pois estes não podem ter os juros capitalizados como parte do ativo, já os que são produzidos ou construídos com recursos de terceiros podem ter os custos de empréstimos capitalizados como parte do valor do ativo qualificável construído ou produzido (FARAH; RICARDINO, 2010).

Para se obter uma melhor comparabilidade entre as demonstrações contábeis, os custos do capital próprio, quando associados a um ativo qualificável, também deveriam ser reconhecidos como custos de empréstimos, desta forma seria eliminado o fato de que ativos semelhantes fossem apresentados nas demonstrações contábeis com valores desiguais, refletindo ainda em valores mais próximos do valor de mercado (FARAH; RICARDINO, 2010).

A importância que as demonstrações contábeis têm para a tomada de decisão implica que estas devem ser elaboradas, levando em consideração os princípios do CPC 00 (R1) (2011)

¹Custos de Empréstimos: são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com os empréstimos de recursos (CPC 20 (R1), 2011).

²Ativo Qualificável: é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos. (CPC 20 (R1), 2011).

- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, para que as informações contenham as características qualitativas e sejam úteis aos usuários.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

As empresas brasileiras, de capital aberto, estão divulgando as informações contábeis de acordo com o CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Identificar o percentual de divulgação das empresas brasileiras de capital aberto quanto à aderência ao CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atender ao objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) explicar a relevância da divulgação das informações contábeis sobre custos de empréstimos;

b) descrever sobre o reconhecimento e mensuração dos custos de empréstimos;

c) listar os itens de divulgação obrigatórios dispostos no CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos;

d) apurar o percentual de divulgação das empresas comparando-o entre elas e entre períodos;

e) verificar se o tamanho, endividamento e a empresa de auditoria influência no percentual de divulgação das empresas analisadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A pesquisa se justifica pela necessidade de conhecer se os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável se estão sendo divulgados corretamente e se estão atendendo aos critérios de comparabilidade propostos pelo CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos (FARAH; RICARDINO, 2010).

O tema custos de empréstimos é recente no campo da Contabilidade como norma, e há pouca exploração do assunto em termos de pesquisa. Após vasta procura na literatura nacional, de pesquisas abordando o tema custos de empréstimos, foram encontradas apenas duas pesquisas sobre o assunto, logo, a procura não teve a intenção de esgotar todas as fontes, pois seria de difícil realização. Por isso, o tema torna-se relevante devido a pouca quantidade de pesquisas já realizadas sobre o tema.

As pesquisas encontradas foram as de Magalhães et al.(2011) e Silva et al. (2011) que procuraram analisar se o CPC 20 - Custos de Empréstimos estavam sendo corretamente aplicados nas empresas de capital aberto dos setores energéticos e de construção civil, respectivamente, analisando as demonstrações contábeis do período de 2010 quando as normas brasileiras de Contabilidade passavam pelo processo de convergência às normas internacionais no que tange ao assunto e constatou-se que poucas empresas conseguiram se adequar às exigências do CPC 20 - Custos de Empréstimos.

O presente estudo se justifica, pois abordará um número maior de demonstrações contábeis e de empresas de diferentes setores da economia, ou seja, não se atentando apenas para um único setor. E, ainda, justifica-se pela verificação de uma quantidade maior de anos de divulgação.

Com o aumento do endividamento das empresas, a forma de contabilização dos custos de empréstimos se torna relevante para os usuários das demonstrações contábeis, pois esses custos poderão ser incorporados ao ativo e sofrer depreciação ou amortização ou então serem lançados como despesa financeira no resultado, o que afeta o lucro ou prejuízo das empresas (MARTINS et al., 2013).

A forma como os custos de empréstimos são contabilizados influenciam no cálculo dos índices e indicadores da análise de balanço, nas despesas financeiras divulgadas na demonstração do resultado do exercício (DRE) e nos valores incorporados ao ativo imobilizado. Dessa forma, a pesquisa contribuirá para agregar aos investidores e credores que utilizam as demonstrações contábeis para tomada de decisão, o conhecimento de como são contabilizados e divulgados os custos de empréstimos quando associados a um ativo qualificável, bem como o nível de aderência à norma que as empresas estão praticando quanto aos itens de divulgação obrigatória.

A pesquisa poderá ser utilizada como *feedback* para os órgãos reguladores no sentido de verificar a aderência das empresas ao CPC 20 – Custos de Empréstimos, o que poderá acarretar em maior fiscalização e autuação nas empresas já que são informações contábeis de divulgação obrigatória.

Levantar o percentual de aderência das empresas ao CPC 20 – Custos de Empréstimos é relevante devido ao fato que o atendimento à referida norma, também, atende ao disposto no CPC 00, gerando informações mais comparáveis, fidedignas e transparentes.

Com esta pesquisa, os envolvidos com a elaboração das demonstrações contábeis irão compreender a importância do reconhecimento, capitalização e divulgação dos custos de empréstimos vinculados a um ativo qualificável, uma vez que terão conhecimento que dependendo da forma como são contabilizados os custos de empréstimos e os montantes apurados no resultado ou no ativo imobilizado, poderão sofrer variações significativas, além do fato da perda de comparabilidade entre as demonstrações contábeis de diferentes períodos ou de diferentes empresas.

O estudo dos custos de empréstimos ajudará o pesquisador a elaborar as demonstrações contábeis com mais clareza, ajudando-o a identificar todos os itens obrigatórios que devem ser divulgados e a analisar corretamente as demonstrações contábeis no que tange ao assunto.

Para a academia, esta pesquisa contribuirá como mais uma fonte de consulta e incentivo à aplicação dos custos de empréstimos nas elaborações das demonstrações contábeis e nas análises dos balanços e DRE.

A pesquisa deixará disponível para a sociedade uma fonte de consulta para conhecimento dos procedimentos que são adotados pelas empresas na contabilização dos juros e encargos financeiros divulgados nas demonstrações contábeis.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa delimita-se ao estudo das demonstrações contábeis publicadas por empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa no segmento Novo Mercado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, aborda-se a finalidade da elaboração das demonstrações contábeis e a importância que estas têm para os usuários em geral, bem como seu objetivo, utilidade e limitações. Será tratado da forma de reconhecimento de um ativo e sobre a definição de ativo qualificável, sobre como reconhecer e capitalizar os custos de empréstimos atribuíveis diretamente a esses ativos qualificáveis. O processo para mensuração de ativos será abordado propiciando conhecimento sobre os montantes pelo qual um ativo é reconhecido no balanço patrimonial e quais os valores que podem ser atribuídos e incorporados na formação desse valor.

Os tipos de informações que podem ser divulgadas, obrigatórias e voluntárias foram abordadas assim como as informações que o CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos, requer que sejam divulgadas. Comentar-se-á sobre a influência dos empréstimos e financiamentos nos balanços das entidades, à medida que são responsáveis pela geração dos encargos financeiros que podem ser incorporados aos ativos ou lançados como despesas no resultado. E, por fim, tratar-se-á dos fatores que podem influenciar o percentual de divulgação de informações contábeis pelas empresas.

2.1 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A Contabilidade tem a função de prestar informações confiáveis e úteis que atendam aos interesses de seus usuários. Para atender a essas necessidades, as entidades devem divulgar as informações atendendo às normas e princípios de Contabilidade.

O CPC 00 (R1) (2011) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que tem a finalidade de prescrever os conceitos que fundamentam a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, menciona que os relatórios financeiros emitidos, segundo a estrutura desta norma, têm a finalidade de atender aos usuários externos em geral, como os investidores, credores por empréstimos e outros credores existentes ou em potencial, por isso não tem o propósito de atender à necessidade específica dos governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias que podem determinar exigências para atender a seus interesses.

Para que as demonstrações contábeis sejam úteis aos usuários, as informações nelas divulgadas têm que ser revestidas das características qualitativas da informação que são divididas no CPC 00 (R1) (2011) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro em: características qualitativas fundamentais e de melhoria. As características qualitativas fundamentais se dividem em: relevância e representação fidedigna.

Quanto às características qualitativas de melhorias, são divididas em: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (CPC 00 (R1), 2011).

Dessa forma, a informação deve ser capaz de fazer diferença nas decisões dos usuários (relevância), quando a sua omissão ou divulgação de forma distorcida influencia as decisões dos usuários (materialidade) e tem que representar um fenômeno de maneira que o usuário compreenda a essência da transação (representação fidedigna).

Segundo o CPC 26 (R1) (2011) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade, com o objetivo de trazer a um grande número de usuários informações úteis sobre a posição patrimonial e financeira, além dos resultados da atuação da administração.

O conjunto completo de demonstrações que o CPC 26 (R1) (2011) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, exige que sejam divulgadas são:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado;
- c) Demonstração do Resultado Abrangente;
- d) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- f) Notas Explicativas;
- g) Informações comparativas com o período anterior;
- h) Demonstração do Valor Adicionado, se exigida legalmente por um órgão regulador.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa passou a ser obrigatória às empresas de capital aberto, substituindo a Demonstração Origens e Aplicação de Recursos – DOAR, a partir da vigência da Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007, que alterou o artigo 176 da Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976.

A Lei nº 11.638 inseriu a Demonstração do Valor Adicionado como demonstração de divulgação obrigatória as sociedades anônimas.

Quando as demonstrações forem elaboradas segundo as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a entidade deve declarar esta em conformidade de forma explícita e sem reservas nas notas explicativas (CPC 26 (R1), 2011).

2.2 TIPOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O objetivo da Contabilidade é prestar informações contábeis e financeiras úteis aos usuários independentemente se as informações prestadas são obrigatórias ou voluntárias, (RUFINO; MONTE, 2014).

Informações obrigatórias, segundo Barbosa et al. (2015), são as que possuem regulamentação específica que possam assegurar que os usuários tenham acesso a um mínimo de informações que possam garantir uma maior confiabilidade e padronização das informações que estão sendo divulgadas.

Informações voluntárias são as que não possuem regulamentação específica ou padrões pré-estabelecidos que possam garantir que as informações divulgadas voluntariamente são confiáveis, tendo como objetivo acrescentar valor às informações obrigatórias (BARBOSA et al., 2015).

Moraes (2014) cita o trabalho de Niskanem e Nieminem (2001), escrevendo que as informações voluntárias podem levar as empresas a divulgarem somente informações positivas que favoreçam a sua imagem mesmo que estas informações sejam incompletas e não retratem o desempenho real das empresas. Deegan et al.³ (2000 *apud* MORAES, 2014), apontam que um aumento no nível de divulgação voluntária não necessariamente implica um aumento dos níveis de comparabilidade ou confiabilidade das informações.

De acordo com Azzone et al. (1997), mencionado no trabalho de Moraes (2014), a regulação fornece aos usuários informações úteis e relevantes, aumentando a confiança dos interessados e reduzindo a assimetria informacional.

De acordo com Moraes (2014), as empresas deveriam divulgar informações somente voluntariamente, no entanto, se for deixado a cargo das empresas e analisando as necessidades dos usuários, pode ser que informações relevantes para a tomada de decisão não sejam disponibilizadas em seus relatórios, por isso existe a necessidade da regulamentação, obrigando as empresas a divulgarem informações que se julguem relevantes.

As informações, objeto da pesquisa, são somente as informações obrigatórias constantes no CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos, que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) tornou obrigatória às entidades de capital aberto através da Deliberação nº 672/11.

³ Deegan et al. *Firms' disclosure reactions to major social incidents: Australian evidence*. Accounting Forum, v. 24, issue 1, p. 101-130, march, 2000.

2.3 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Várias são as formas e fontes de obtenção de recursos por uma entidade de capital aberto, podendo compor sua estrutura de capital tanto capital próprio quanto de capital de terceiros, sendo que o capital de terceiros é obtido de entidades públicas ou privadas através de empréstimos, financiamentos, títulos de dívida de emissão privada, debêntures e endividamento externo, utilizados para financiar suas atividades de curto ou longo prazo (ALVES et al., 2013).

Segundo a Associação Brasileira das Companhias Abertas (2008, p. 2), debêntures “são valores mobiliários representativos de dívida de médio e longo prazos que asseguram a seus detentores (debenturistas) direito de crédito contra a companhia emissora”.

As debêntures podem ser nominativas cujos registro e controle das transferências são realizadas pela companhia emissora no Livro de Registro de Debêntures Nominativas ou escritural cujas custódia e escrituração são feitas por instituição financeira autorizada pela CVM para prestar tais serviços (ABRASCA, 2008).

O Banco Central do Brasil (2014) define empréstimos como os recursos obtidos sem destinação específica, já os financiamentos têm uma destinação específica para os recursos tomados emprestados e geralmente o próprio bem é dado em garantia.

O CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos leva em consideração, para a contabilização dos custos de empréstimos, somente os recursos obtidos de terceiros e de longo prazo não alcançando os custos referentes ao capital próprio ou de curto prazo.

O registro contábil dos empréstimos é realizado quando a entidade receber os recursos, o que muitas vezes coincide com a data do contrato, ou no momento do recebimento das parcelas quando o total for liberado em diversas parcelas, sendo que não se deve reconhecer os empréstimos antes de terem sido recebidos (MARTINS et al., 2013).

2.4 PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

A Comissão de Valores mobiliários, através da deliberação CVM Nº 672, de 20 de Outubro de 2011, aprovou e tornou obrigatório, para as companhias abertas, o CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos que têm como objetivo normatizar sobre o reconhecimento e divulgação dos custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável.

Ativo qualificável, segundo o CPC 20 (2011), é um ativo que necessita de um longo período de tempo para se encontrar em situação de uso ou de venda. Têm-se como exemplo de ativo qualificável os estoques que são produzidos ou fabricados dentro de um período de tempo longo, exceto os que são produzidos em larga escala e em bases repetitivas. Também, são consideradas pelo CPC 20 (2011) como ativo qualificável: as plantas industriais para manufatura, construções de usinas de geração de energia, pontes e edifícios, ativos intangíveis, propriedades para investimentos e plantas portadoras. Quando os ativos são mensurados a valor justo não devem ser considerados como ativos qualificáveis, pois os custos de empréstimos não impactam na mensuração do valor dos ativos mensurados pelo valor justo uma vez que, segundo o CPC 12 (2008) - Ajuste a valor Presente, o valor justo já reflete o valor de mercado do ativo.

O Pronunciamento foi elaborado a partir do IAS 23 – *Borrowing Costs* (IASB) pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no processo de convergência às normas internacionais.

O IAS 23, antes da sua revisão em 2007, tinha como procedimento o reconhecimento imediato no resultado do exercício dos custos dos empréstimos e como um tratamento alternativo, a capitalização dos custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. A adoção de diferentes critérios ensejava diferentes resultados e a Contabilidade perdia um de seus princípios básicos - a comparabilidade (FARAH; RICARDINO, 2010).

No Brasil, antes da emissão do CPC 20 (2011)– Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos eram regulamentados para as entidades de capital aberto, pela Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação 193 de 1996. A capitalização dos juros e demais encargos financeiros decorrentes de financiamento de ativos em construção ou produção era realizada conforme a Deliberação 193/96 que prescreveu quê:

I - Os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do

ativo imobilizado ou para produção de estoques de longa maturação, devem ser registrados em conta destacada, que evidenciem a sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo que lhe deu origem.

II -A alocação desses juros e encargos ao resultado do exercício deverá ser feita em consonância com os prazos de depreciação, amortização, exaustão ou baixa dos ativos financiados (CVM, 1996, p. 1-2).

O CPC 20 (R1) (2011) - Custos de Empréstimos, trouxe a eliminação da duplicidade de critério e a obrigatoriedade de reconhecimento e capitalização dos custos de empréstimos para os ativos qualificáveis.

Mourad e Paraskevopoulos (2010) comentam que, para as empresas brasileiras, a capitalização dos custos de empréstimos é uma prática relativamente nova, pois nunca tinham aplicados esse conceito antes. Caso ocorra a aplicação da norma para capitalizar os custos de empréstimos, a entidade necessitará de diversos controles internos, desenvolvidos pela área contábil, para controlar e alocar a despesa e depreciar os juros capitalizados (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010).

2.4.1 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos (CPC 20 (R1), 2011).

São custos de empréstimos, de acordo com CPC 20 (R1) (2011, p. 2) – Custos de Empréstimos (Item 6):

(a) encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros como descrito nos Pronunciamentos Técnicos CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários e CPC 38 – Instrumentos Financeiros:

Reconhecimento e Mensuração;

(b) (eliminada);

(c) (eliminada);

(d) encargos financeiros relativos aos arrendamentos mercantis financeiros reconhecidos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil; e

(e) variações cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, na extensão em que elas sejam consideradas como ajuste, para mais ou para menos, do custo dos juros.

O CPC 08 (R1) (2010) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários descrevem que a capitalização dos encargos financeiros deve corresponder aos encargos financeiros totais e não apenas às despesas financeiras.

De acordo como o CPC 03 (R2) (2010) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o montante total dos juros pagos durante o período, quer tenha sido reconhecido como despesa ou capitalizado, deve ser divulgado nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Estes custos de captação mencionados no CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos, são os que podem ser capitalizados quando os recursos obtidos forem empregados na aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável.

Os custos de empréstimos são aplicáveis a um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos (CPC 20 (R1), 2011).

O CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos, exemplifica que ativos qualificáveis podem ser estoques, fábricas, usinas geradoras de energia, ativos intangíveis, propriedade para investimentos e plantas portadoras.

De acordo com o CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos, os ativos financeiros não são considerados como ativos qualificáveis nem os estoques produzidos de modo repetitivo ou em grande quantidade, ainda que necessite de um prazo substancial para serem concluídos. Quando um ativo estiver pronto para uso ou para venda no momento da aquisição, este ativo não deve ser reconhecido como um ativo qualificável (CPC 20 (R1), 2011).

O CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos, menciona que as plantas industriais envolvem, em um mesmo local, diversos processos executados sequencialmente nas diversas partes da planta.

Os ativos intangíveis devem ter a diferença entre o valor à vista e total dos pagamentos a prazo reconhecidos com juros e devem ser capitalizados no valor do ativo quando levarem um período substancial de tempo para ficar pronto para uso (CPC 04 (R1), 2010).

2.4.2 Reconhecimento e capitalização

O reconhecimento dos custos de empréstimos, de acordo com o CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos, acontecem de duas formas: quando o custo de captação se referir à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, devem ser capitalizados e incorporados como parte do custo do ativo; quando se referirem a outros custos de empréstimos e serão reconhecidos, no resultado, como despesa do período.

O CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos determina que somente os custos de empréstimos associados a ativos qualificáveis devem ser capitalizados através da aplicação da

taxa de capitalização. Os custos que são prontamente identificados são diretamente capitalizados, mas quando os recursos são obtidos sem destinação específica, deve ser utilizada uma taxa de capitalização igual à média ponderada dos custos dos empréstimos obtidos (CPC 20 (R1), 2011).

De acordo com o CPC 20 (R1) (2011) - Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos capitalizados não devem exceder aos custos de empréstimos incorridos não podendo ser capitalizada mais despesa do que aquelas efetivamente incorridas e registradas no período. O CPC 20 (R1) (2011) - Custos de Empréstimos afirmam que o valor que será capitalizado durante o período devem ter as receitas financeiras do mesmo período, obtidas através do investimento temporário dos recursos obtidos, excluídas do montante a ser capitalizado.

De acordo com o CPC 20 (R1) (2011) - Custos de Empréstimos (Item 17), no início da capitalização dos custos de empréstimos ocorrem quando, cumulativamente:

- a) os gastos com o ativo forem incorridos;
- b) os custos de empréstimos forem incorridos;
- c) o ativo se encontrar com as atividades de preparação iniciadas.

Ocorre a suspensão dos custos de empréstimos e eles deixam de ser capitalizados quando as atividades forem interrompidas e trabalhos técnicos e administrativos não estiverem sendo executados ou quando não estiverem previstas paralisação ou atrasos temporários (CPC 20 (R1), 2011).

Conforme o CPC 20 (R1) (2011) - Custos de Empréstimos, a cessação da capitalização ocorre quando todas as atividades estiverem concluídas e o ativo for considerado, no todo ou em parte, pronto para seu uso ou venda, devendo cessar a capitalização para as partes completadas quando essas partes puderem ser utilizadas enquanto a construção do ativo qualificável continua.

2.4.3 Divulgação de informações sobre custos de empréstimos

Os custos de empréstimos incorridos no período devem ser divulgados nas demonstrações contábeis e notas explicativas conforme o CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos, prescrevem.

O CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos requerem a divulgação do total dos custos de empréstimos capitalizados durante o período. A entidade deve divulgar também a taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização (CPC 20 (R1), 2011).

Os custos que não forem diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado devem ser lançados diretamente no resultado como despesas do período (CPC 20 (R1), 2011).

Os montantes dos custos lançados a resultado comporão os custos do período, já os reconhecidos como custos de empréstimos serão amortizados por longos períodos (LIMA, 2010).

2.4.4 Fatores que influenciam a divulgação de informações contábeis

Existe, na literatura contábil, a indicação da existência de fatores que podem influenciar as empresas a divulgarem mais informações contábeis obrigatórias, dentre eles, podem-se destacar o tamanho da empresa, seu grau de endividamento e a empresa de auditoria independente.

No que diz respeito ao fator ou variável tamanho da empresa, Moraes (2014) afirma que há uma maior regulação impulsionando as empresas a divulgarem mais informações quando essas empresas são maiores, ou seja, as empresas maiores tendem a divulgar mais informações que as empresas menores.

O tamanho das empresas influencia a divulgação, pois grandes empresas oferecem informações em maior quantidade com a intenção de atrair mais investidores, analistas e a imprensa. Também constatou que, quanto maior a empresa, maior a demanda dos investidores por informação para dar suporte às suas decisões e que o foco da mídia especializada faz com que empresas maiores ampliem a divulgação de informações (YOKOYAMA et al., 2015).

Empresas maiores tendem a divulgar mais informações contábeis, pois possuem maior visibilidade e então para legitimar suas operações procuram divulgar mais informações, ou seja, quanto maior for a empresa, maior será seu percentual ou nível de divulgação de informações contábeis (BURGWAL; VIEIRA, 2014).

Quanto ao fator ou variável grau de endividamento, nota-se que este influencia a divulgação de informações contábeis no sentido que a entidade passa a divulgar mais informações com o intuito de remover suspeitas sobre a transparência de riqueza pelos

acionistas e diminuindo a assimetria informacional e reduzir os custos de capital junto às instituições financeiras (MORAES, 2014).

Nota-se que empresas com grau de endividamento alto procuram divulgar mais informações contábeis devido à pressão de credores e investidores que tentam minimizar seus riscos e, neste sentido, acredita-se que, quanto maior for o grau de endividamento da empresa, maior será o seu percentual ou nível de divulgação de informações contábeis (MAPURUNGA; PONTE; HOLANDA, 2014).

E o fator ou variável empresa de auditoria influencia a divulgação das informações contábeis, pois fica caracterizada pela capacidade de descoberta de inconformidade e de informar a inconformidade descoberta (SANTANA et al., 2014). De acordo com o mesmo autor, em que a auditoria é realizada por especialistas, supõe-se que as informações contábeis são de maior qualidade.

A auditoria realizada por uma das *big four* (KPMG, PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu e Ernst & Young) traz mais confiança aos investidores, pois profissionais altamente treinados estarão prestando os serviços. Com isso, melhorando a reputação da empresa auditada (SANTANA et al., 2014).

3 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

Neste capítulo, serão apresentados: a classificação da pesquisa, a seleção da população e da amostra, e o instrumento de coleta de dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Gil (1989) classifica as pesquisas quanto aos objetivos em: exploratória, descritiva ou explicativa. Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa descritiva, pois de acordo com Gil (1989), tem o objetivo de descrever determinadas características presentes em uma população ou analisar as relações entre suas variáveis.

Quanto aos procedimentos para condução da pesquisa, esta se classifica como pesquisa bibliográfica e documental. Gil (1989) descreve a pesquisa bibliográfica como aquela que é desenvolvida a partir de material já elaborado por outros autores, tendo como fontes livros e artigos científicos, já a pesquisa documental utiliza documentos que ainda não receberam um tratamento analítico.

Segundo Raupp e Beuren (2003), a pesquisa classifica-se como qualitativa-quantitativa, pois é caracterizada quando utiliza instrumentos estatísticos para o tratamento dos dados coletados. A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa quantitativa, pois usou desses instrumentos estatísticos para alcançar os objetivos propostos.

Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa é aquela que requer uma interpretação de fenômenos e atribuição de significados por parte do pesquisador, analisando os dados indutivamente.

A coleta de dados se classifica como indireta, utilizando-se de fontes secundárias obtidas através do sítio da BM&FBovespa, do qual foram extraídas as Demonstrações Financeiras Padronizadas com a ajuda do programa Empresas.Net, disponibilizado pela própria BM&FBovespa. Foi utilizado, como forma de abordagem da pesquisa, o método dedutivo.

3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DE ESTUDO

A população, conforme Kauark, Manhães e Medeiros (2010), descreve todos os indivíduos do campo de interesse da pesquisa sobre as quais se pretende tirar conclusões que, nesse caso, são as empresas listadas na BM&FBovespa que estão obrigadas a apresentar, nas demonstrações contábeis, as informações sobre custos de empréstimos de acordo com o CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos.

Como amostra da pesquisa, foi selecionado o segmento de listagem Novo Mercado da BM&FBovespa por ser exigido deste segmento uma política de divulgação de informação mais transparente e abrangente, bem como a divulgação dos relatórios financeiros em um padrão aceito internacionalmente. Essa escolha da amostra a classifica como uma amostra não probabilística, mais especificamente como uma amostra intencional que, segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010), são as amostras que representam o bom julgamento da população.

A intencionalidade na escolha desse grupo de empresas visou tornar a amostra mais significativa, pois essas empresas estão classificadas como as que adotam uma postura de maior transparência com os investidores, dando-lhes acesso às informações e divulga informações voluntárias, além das obrigadas na legislação.

A amostra é composta pelas empresas listadas no Quadro 1.

QUADRO 1 - Empresas componentes da amostra

SETOR	SEGMENTO	RAZAO SOCIAL
Construção e Transporte	Construção Civil	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
		CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND E PART
		DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.
		EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
		EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A.
		GAFISA S.A.
		HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.
		JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.
		MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
		PDG REALTY S.A. EMPREEND E PARTICIPAÇÕES
		RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
		ROSSI RESIDENCIAL S.A.
		TECNISA S.A.
	TRISUL S.A.	
	VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	
	Transporte Ferroviário	Transporte Ferroviário
RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.		
Transporte Hidroviário	Transporte Hidroviário	LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.
		JSL S.A.
Transporte Rodoviário	Transporte Rodoviário	TEGMA GESTAO LOGÍSTICA S.A.
		ÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A.
Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Exploração e/ou Refino	PETRO RIO S.A.
		QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
		CPFL ENERGIA S.A.
Utilidade Pública	Energia Elétrica	CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
		EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
		ENEVA S.A.
		EQUATORIAL ENERGIA S.A.
		LIGHT S.A.
		TRACTEBEL ENERGIA S.A.

Fonte: elaborado pelo autor (2016), adaptado de BM&FBovespa (2016).

As demonstrações contábeis a serem analisadas compreenderão o quinquênio de 2011 a 2015, período posterior à vigência do CPC 20 (R1) (2011) - Custos de Empréstimos. A amostra fica limitada a esse período, pois foi a partir de 2009 que o CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos entrou em vigência.

Foram intencionalmente selecionadas 30 (trinta) empresas listadas na BM&FBovespa, escolhidas entre três setores diferentes divididas em 6 segmentos de atuação, de acordo com a classificação da BM&FBovespa.

Das 30 empresas selecionadas, foram excluídas da amostra 9 (nove) empresas, pois são *holding*, ou seja, sua atividade é controlar outras empresas. Dessa forma, foram analisadas um total de 21 (vinte e uma) empresas.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Segundo Colauto e Beuren (2003), para operacionalizar uma pesquisa, o pesquisador pode elaborar um *checklist* que servirá como um roteiro de itens que deseja analisar.

O *checklist* foi elaborado a partir do CPC 20 (R1) (2011) – Custos de Empréstimos, no qual foram consultados os itens de divulgação obrigatória prescritos pela norma, como pode ser visto no Quadro 2.

QUADRO 2 - Instrumento de coleta de dados

Ordem	Descrição e item de referência no CPC 20	SIM	NÃO
1	A entidade divulga os custos de empréstimos? (item 8)		
2	A entidade possui ativo qualificável? (item 8)		
3	A entidade capitaliza parte dos custos de empréstimos como parte do ativo? (item 9)		
4	A entidade divulga o montante dos custos de empréstimos elegíveis a capitalização? (item 12)		
5	A entidade deduz, dos custos de empréstimos, as receitas financeiras ganhas quando da aplicação do recurso tomado emprestado? (item 13)		
6	A entidade divulga o total dos custos de empréstimos capitalizados durante o período? (item 26, a)		
7	A entidade divulga a taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis a capitalização? (item 26, b)		

Fonte: CPC 20 (R1) (2011) - Custos de Empréstimos.

O *checklist* elaborado proporcionou verificar, de forma prática, se constam, nas demonstrações contábeis, as informações requeridas pelo CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos, dessa forma, buscará apurar qual o percentual de divulgação e adequação que as empresas analisadas estão tendo ao CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para se chegar aos resultados da pesquisa foram analisadas as demonstrações contábeis de 30 empresas nos últimos cinco anos. Dentre as empresas da amostra 9 empresas foram desconsideradas da pesquisa, pois são empresas que têm o objetivo de apenas possuir participações societárias em outras empresas (*holding*), dessa forma, não possui ativos qualificáveis necessários para a participação na amostra.

Foram analisadas 103 demonstrações contábil-financeiras divulgadas pelas empresas, em seus próprios sítios ou baixadas pelo programa Empresas.Net.

As demonstrações da empresa RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A. referente aos anos de 2011 e 2012 não foram analisadas devido à indisponibilidade no sítio das empresas na internet e no programa Empresas.Net da BM&FBovespa.

Foram coletados e organizados os dados constantes no *checklist* através de tabelas com o propósito de calcular os percentuais médios de divulgação das empresas componentes da amostra.

Para cada um dos cinco anos analisados, foi calculado o percentual médio de divulgação conforme pode ser visto no Quadro 3:

QUADRO 3 - Percentual de divulgação das empresas componentes da amostra

Nome da Empresa	Média de divulgação por empresa anual					Média dos 5 anos
	2011	2012	2013	2014	2015	
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	71%	71%	71%	71%	0%	57%
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPR. E PART	0%	0%	0%	0%	0%	0%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	100%	100%	100%	100%	100%	100%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	57%	57%	0%	0%	86%	40%
ENEVA S.A	86%	86%	86%	86%	86%	86%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	14%	14%	14%	14%	14%	14%
EVEN CONSTRUTORA E INCORP. S.A.	14%	14%	14%	14%	14%	14%
GAFISA S.A.	86%	86%	86%	86%	86%	86%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	0%	0%	0%	71%	71%	29%
JSL S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	0%	71%	71%	71%	71%	57%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	86%	86%	86%	86%	86%	86%
RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.	86%	86%	86%	86%	86%	86%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
RUMO LOG. OPERADORA MULTIMODAL S.A.	86%	86%	86%	86%	86%	86%
TECNISA S.A.	29%	29%	29%	71%	71%	46%
TEGMA GESTAO LOGÍSTICA S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
TRISUL S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Média de divulgação por ano	31%	35%	35%	40%	41%	37%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Dos resultados para ano de 2011, foram obtidos um percentual médio de divulgação de todas as empresas constantes da amostra de 31%. Durante os 4 primeiros anos do período pesquisado, ocorreu um aumento do nível médio de divulgação, mas no último ano ocorreu uma diminuição do nível médio de divulgação que ficou em 41% no ano de 2015.

As 8 empresas analisadas que não tiveram nenhum item divulgados nos anos pesquisados foram: CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.; CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND E PART; JSL S.A.; ROSSI RESIDENCIAL S.A.; TEGMA

GESTAO LOGÍSTICA S.A.; TRACTEBEL ENERGIA S.A.; TRISUL S.A.; VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.

As empresas HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A. e LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A., que não divulgavam as informações objeto da pesquisa passaram a divulgá-las no decorrer do período pesquisado, enquanto a empresa EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A que iniciou divulgando as informações durante os dois primeiros anos teve, durante os dois anos consecutivos seguintes, as informações não divulgadas.

O percentual médio de divulgação de todas as empresas pesquisadas durante o período ficou em 37%, bem abaixo do 100% desejado e prescrito pela norma.

A empresa DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. merece destaque por ter divulgado todos os itens do checklist durante todo o período pesquisado.

4.1 ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO POR SETOR DA ECONOMIA

Inicialmente, as demonstrações contábeis das empresas a serem analisadas na pesquisa estavam localizadas em três setores de atuação (Construção e Transporte, Petróleo. Gás e Biocombustíveis e Utilidade Pública), mas devido as empresas Holding terem sido excluídas da amostra, o setor de Petróleo. Gás e Biocombustíveis não teve nenhuma demonstração analisada.

Das 21 empresas analisadas, 16 pertencem ao setor de Construção e Transporte e cinco ao setor de Utilidade Pública.

No Quadro 4, os percentuais médios de divulgação por setor de atuação das demonstrações analisadas.

QUADRO 4 - Percentual de divulgação por setor de atuação

SETOR DE ATUAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA
CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE	25%	29%	35%	42%	42%	35%
UTILIDADE PÚBLICA	46%	46%	34%	34%	37%	39%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Nota-se que o setor de Construção e Transporte, no decorrer dos anos, obteve um aumento no percentual médio de divulgação dos custos de empréstimos, sendo que, em 2011, apurou um percentual de 25% de divulgação dos itens obrigatórios passando para 42% no ano

de 2015, o que corresponde a um aumento de 68%. O percentual médio de divulgação do período foi de 35%.

Para o setor de Utilidade Pública, ocorreu uma diminuição do nível de divulgação que teve uma divulgação de 46% para o ano de 2011, e em 2015, um percentual de divulgação de 37%, o que corresponde a uma redução de 9%. O percentual médio de divulgação do período foi de 39%.

4.2 ITENS DE MAIOR E MENOR DIVULGAÇÃO

De acordo com os resultados, as perguntas números 1 e 2 do *checklist* foram as mais encontradas nas demonstrações contábil-financeiras com margem de 49% e 47%, respectivamente, de divulgação. Já a pergunta número 5 foi a menos divulgada, como foi apresentado no Quadro 5.

QUADRO 5 - Percentual médio de divulgação por quesito

	PERGUNTAS CHECKLIST						
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
MÉDIA	49%	47%	42%	42%	10%	40%	25%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

As perguntas 1 e 2 estão estreitamente ligadas, pois a primeira se refere se a empresa divulga os custos de empréstimos e a segunda se a entidade possui ativo qualificável.

Na análise, constatou-se que a empresa EQUATORIAL ENERGIA S.A. descreveu que estava divulgando os custos de empréstimos, mas não mencionou que possui ativo qualificado. Sem ativo qualificado não há a possibilidade de capitalizar os custos de empréstimos de acordo com o CPC 20 (R1) (2011) - Custos de Empréstimos. A empresa também não divulgou outros itens obrigatórios como o montante dos custos de empréstimos e valor capitalizado bem como outros itens.

Com menor percentual de divulgação, a pergunta número 5 se refere se a aplicação dos recursos tomados emprestados estão gerando receitas financeiras e se estão sendo deduzidas dos custos de empréstimos. As empresas fazem aplicação de seus recursos, mas apenas demonstram as receitas financeiras obtidas, porém não trazem, em notas explicativas, a dedução

dessa receita dos custos de empréstimos que estão sendo capitalizados para a formação do preço do ativo.

4.3 ANÁLISE DOS QUARTIS E *RANKING* DAS EMPRESAS POR DIVULGAÇÃO

Para classificar os percentuais de divulgação obtidos, deveria ser utilizado o método do quartil, que divide um conjunto em quatro partes iguais. Tendo como base os dados da amostra, os quartis foram calculados utilizando os resultados de todos os anos pesquisados.

No entanto, o valor que divide o 1º quartil com o 2º quartil foi igual a 0%. Dessa forma, não foi possível classificar a amostra segundo o método do quartil.

Para classificação da amostra, foi realizada *ranking* por ordem decrescente de divulgação, conforme o Quadro 6.

QUADRO 6 - Classificação da divulgação por ordem decrescente

NOME DA EMPRESA	Média de divulgação por empresa anual					Média dos 5 anos
	2011	2012	2013	2014	2015	
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	100%	100%	100%	100%	100%	100%
ENEVA S.A.	86%	86%	86%	86%	86%	86%
GAFISA S.A.	86%	86%	86%	86%	86%	86%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	86%	86%	86%	86%	86%	86%
RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.	86%	86%	86%	86%	86%	86%
RUMO LOG. OPERADORA MULTIMODAL S.A.			86%	86%	86%	86%
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	71%	71%	71%	71%	0%	57%
LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.	0%	71%	71%	71%	71%	57%
TECNISA S.A.	29%	29%	29%	71%	71%	46%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	57%	57%	0%	0%	86%	40%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	0%	0%	0%	71%	71%	28%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	14%	14%	14%	14%	14%	14%
EVEN CONSTRUTORA E INCORP. S.A.	14%	14%	14%	14%	14%	14%
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPR. E PART	0%	0%	0%	0%	0%	0%
JSL S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
TEGMA GESTAO LOGÍSTICA S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
TRISUL S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Média de divulgação por ano	31%	35%	35%	40%	41%	37%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

De acordo com o Quadro 6, das 21 empresas, apenas a empresa DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. divulgou 100% dos itens pesquisados, enquanto 8 empresas não tiveram nenhum item divulgado nas demonstrações contábeis.

4.4 ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO

Para analisar se a variável “tamanho da empresa” influencia na divulgação de informações contábil-financeiras sobre os custos de empréstimos, foram comparados os

percentuais das “empresas maiores” e das “empresas menores” com o objetivo de verificar se o “tamanho da empresa” é um fator que contribui para aumentar o percentual de divulgação das empresas componentes da amostra.

Para a separação das empresas, foi utilizada a mediana, ou seja, as empresas que tiverem ativo total igual ou superior à mediana serão consideradas “empresas maiores” e as empresas que tiverem ativo total inferior à mediana foram consideradas como “empresas menores”.

No Quadro 7, encontra-se o valor da mediana dos ativos totais das empresas pesquisadas.

QUADRO 7 - Mediana dos ativos totais durante os anos estudados

MEDIANA				
2011	2012	2013	2014	2015
R\$ 3.666.964,50	R\$4.377.096,00	R\$ 4.903.990,00	R\$5.052.055,00	R\$ 5.260.789,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Após a separação das empresas em “maiores” e “menores”, foi calculada a média de informações divulgadas para cada grupo de empresas, sendo demonstrados os resultados através do Quadro 8:

QUADRO 8 - Percentual médio de divulgação *versus* tamanho da empresa

TAMANHO DAS EMPRESAS	MÉDIA				
	2011	2012	2013	2014	2015
Empresas Menores	21%	30%	39%	43%	41%
Empresas Maiores	41%	40%	31%	38%	40%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

As “empresas menores” obtiveram nos anos 2011 e 2012, um percentual médio abaixo do divulgado pelas “empresas maiores”. No entanto, nos anos 2013, 2014 e 2015, as “empresas menores” apresentaram um percentual médio de divulgação maior que o das “empresas maiores”. Com isso, não confirmando a hipótese de que as “empresas maiores” divulgam mais informações que as “empresas menores”.

No que diz respeito ao grau de endividamento das empresas, os resultados apurados na comparação dos percentuais foram obtidos através da apuração do grau de endividamento

de cada empresa, utilizando a divisão do valor de capital de terceiros pelo valor do Ativo Total multiplicado por 100.

De posse do grau de endividamento de cada empresa, foi calculada a mediana, que representou o ponto de corte para definição de “empresas mais endividadas” e “empresas menos endividadas”, ou seja, as “empresas mais endividadas” foram aquelas que o grau de endividamento for igual ou superior à mediana, e as “empresas menos endividadas” foram aquelas em que o grau de endividamento for inferior à mediana.

A mediana apurada para o grau de endividamento consta no Quadro 9:

QUADRO 9 - Mediana Grau de Endividamento

MEDIANA				
2011	2012	2013	2014	2015
63%	63%	59%	58%	57%

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

No Quadro 10, consta a média de divulgação das empresas classificadas de acordo com o grau de endividamento.

QUADRO 10 - Percentual Médio de Divulgação versus Grau de Endividamento

ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS	MÉDIA				
	2011	2012	2013	2014	2015
Empresas Menos Endividadas	40%	29%	41%	41%	49%
Empresas Mais Endividadas	25%	40%	32%	43%	38%

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

Nota-se que, nos anos 2011, 2013 e 2015, o percentual médio de divulgação das empresas consideradas menos endividadas foram maiores que para as empresas consideradas como empresas mais endividadas, assim refutando a hipótese de que empresas mais endividadas divulgam mais informações que as empresas menos endividadas.

No caso da variável “empresa de auditoria”, foi utilizado o sistema binário para definição de valores para esta variável. Quando a empresa for auditada pelas maiores empresas de auditoria do mundo, as chamadas *big four* (PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young, Deloitte e KPMG), foi atribuído o valor 1 (um) e para as demais não auditadas pelas *big four*, foi atribuído o valor 0 (zero).

Após a identificação das empresas que foram auditadas pelas *big four*, foi comparado o percentual médio de divulgação dos mesmos anos para analisar se a variável “empresas de auditoria” influencia na divulgação de informações, conforme é demonstrado no Quadro 11.

QUADRO 11 - Percentual Médio de Divulgação versus Empresa de Auditoria

	ANOS				
	2011	2012	2013	2014	2015
Empresas auditadas pelas <i>Big Four</i>	35%	39%	38%	47%	48%
Empresas auditadas pelas não <i>Big Four</i>	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

Percebe-se que o percentual médio de divulgação das empresas auditadas pelas *big four* é mais alto que o percentual médio de divulgação das empresas que foram auditadas por outras empresas de auditoria, corroborando, assim, a hipótese de que as empresas auditadas pelas *big four* divulgam mais informações que as empresas que são auditadas pelas demais.

5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As informações extraídas das demonstrações contábeis das empresas pesquisadas foram consideradas como divulgadas quando a informação, nas notas explicativas, estava divulgada ou divulgada de forma incompleta. Devido à complexidade do tema, alguns itens não estavam divulgados de maneira clara e simples nas demonstrações analisadas, principalmente os que se referem aos ativos qualificados que as entidades possuíam, os custos dos empréstimos capitalizados e a dedução dos rendimentos da aplicação temporária dos recursos obtidos dos empréstimos. Por isso, foram consideradas como divulgadas as informações que mesmo de forma incompleta, foram divulgadas, sendo esta a decisão do pesquisador, já que a pesquisa utilizou-se de variável dicotômica (sistema binário).

As demonstrações contábil-financeiras utilizadas na pesquisa são referentes aos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, sendo consideradas todas as demonstrações divulgadas e retificadas até o período de 01/09/2016. As demonstrações da empresa RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A. referente aos anos de 2011 e 2012 não foram analisadas devido à indisponibilidade no sítio das empresas na internet e no programa Empresas.Net da BM&FBovespa, dessa forma, não foram utilizadas para os cálculos das variáveis tamanho das empresas, grau de endividamento e empresas de auditoria.

As informações analisadas sobre os ativos qualificados divulgados pelas empresas foram apenas os que as empresas divulgaram nas suas demonstrações contábeis, no entanto não há como saber se a empresa possui um ativo qualificado e não o divulga, se este for o caso as informações sobre os custos de empréstimos inerentes a este ativo também não serão divulgadas.

O procedimento de coleta e análise dos dados envolve subjetividade, pois exige do pesquisador que este perceba ou não a presença da informação nos relatórios (MURCIA⁴ *apud* MORAES, 2014).

⁴ MURCIA, F. D. Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário de companhias abertas no Brasil. São Paulo, 2009.

As empresas que compõem a amostra foram selecionadas de forma intencional e não-probabilística, desse modo, o resultado da análise está limitado aos setores que essas empresas atuam.

A utilização do Ativo Total como a medida para o cálculo do tamanho das empresas, significou uma limitação da pesquisa, visto que outras variáveis poderiam ser escolhidas para este cálculo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de verificar a aderência das empresas ao Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, esta pesquisa buscou analisar se os diversos itens de divulgação obrigatória na norma estão sendo divulgados pelas empresas constantes da amostra.

O resultado obtido de 37% de média de divulgação mostra que a divulgação dos itens de divulgação obrigatória foi insuficiente para atender as exigências do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos. A falta de divulgação demonstra que as empresas não estão atuando de modo a proporcionar uma maior transparência na evidenciação de suas operações.

Verificou-se, no período analisado que não houve melhora nos níveis de divulgação referente às variáveis tamanho e grau de endividamento, visto que os percentuais oscilaram durante o período analisado e até mesmo passaram por queda. Para a variável tamanho ocorreu uma redução no nível de divulgação que passou de 41% em 2011 para 40% em 2015. Para o grau de endividamento, o período finalizou com as empresas menos endividadas divulgando mais informação que as mais endividadas, sendo que as menos endividadas, tiveram um percentual de 49% de divulgação contra 38% das mais endividadas. Logo essas variáveis que, na literatura, são fatores que influenciam as empresas a adotarem um maior nível de divulgação de informações contábil-financeiras, para os custos de empréstimos, não foram incentivos suficientes para aumentar o nível de divulgação.

Já quanto a variável empresa de auditoria, o percentual médio de divulgação foi mais alto pelas empresas auditadas pelas *big four* que finalizaram o período pesquisado com 48% de média de divulgação, enquanto que as empresas não auditadas pelas *big four* tiveram em percentual médio de 0%, corroborando com a teoria que, as empresas auditadas pelas *big four* divulgam mais informações contábeis que as outras empresas não auditadas pelas *big four*.

Sugere-se para pesquisas futuras sobre o tema, abordar um segmento com mais empresas que possuem ativos qualificados, não se limitando a um único segmento da BM&FBovespa.

REFERÊNCIAS

AS

ALVES, F. S.; PIGOZZO-FEDATO, A. F.; STEINER NETO, P. J.; CHEROBIM, A. P. M. S. Comparação do uso de fontes de financiamento pelas empresas de capital aberto: empresas tecnológicas x empresas inovadoras. In: *Congresso Latino-Iberoamericana de Gestão de Tecnologia*, 15, 2013. *Anais...* Alfândega do Porto, Portugal: ALTEC, 2013. Disponível em: <http://www.altec2013.org/programme_pdf/1151.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2016.

ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas. *O que são debêntures*. Cartilha Debêntures. 19 p, jul. 2008. Disponível em: <http://www.debentures.com.br/downloads/textostecnicos/cartilha_debentures.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

AZZONE, G.; BROPHY, M.; NOCI, G.; WELFORD, R.; YOUNG, W. A stakeholder's view of environmental reporting. *Long Range Planning*, v. 30, n. 5, p. 699-709, out. 1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0024630197000587>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

BARBOSA, J. S.; DALAVA, A. O.; OLIVEIRA, C. E.; SAVI, E. M. S. Divulgação voluntária e qualidade da informação contábil: Estudo com empresas do segmento BOVESPA Mais. In: *Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, 15, 2015. *Anais...* São Paulo – SP: USP, 2015. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos152015/248.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BACEN - Banco Central do Brasil. *FAQ - empréstimos e financiamentos*. Brasília: BCB, 2014. dez., 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?EMPRESTIMOEFINANCIAMENTOFAQ>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. Relatório de Estabilidade financeira 2015. Brasília, DF, BCB, v. 14, n. 1, p. 1-68, mar. 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015_03/refP.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo. *Segmentos de listagem: novo mercado*. São Paulo: BM&FBovespa, 2016. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/>. Acesso em: 26 mai. 2016.

BRASIL. *Lei nº 11.638*, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 14 maio 2016.

BURGWAL, D. V.; VIEIRA, R. J. O. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 25, n. 64, p. 60-78. 2014.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. *Deliberação CVM nº 193*, de 11 de julho de 1996. Dispõe sobre a capitalização de juros e demais encargos financeiros decorrentes do financiamento de ativos em construção ou produção. Rio de Janeiro: CVM, 1996. 2 p. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deli/anexos/0100/deli193.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

_____. *Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011*. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de custos de empréstimos. Rio de Janeiro: CVM, 2011. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deli/anexos/0600/deli672.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Coleta, análise e interpretação de dados. In: Beuren, I. M. (Org.) et al. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003. p. 117-144.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R1)*: Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório Contábil-Financeiro. Brasília, DF: CPC, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)*: demonstração dos fluxos de caixa. Brasília, DF: CPC, 2010. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2004.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)*: ativo intangível. Brasília, DF: CPC, 2010. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1)*: Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários. Brasília, DF: CPC, 2010. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/171_CPC08_R1.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC12*: ajuste a valor presente. Brasília, DF: CPC, 2008. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/219_CPC_12.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1)*: custos de empréstimos. Brasília, DF: CPC, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/281_CPC_20_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC26 (R1)*: apresentação das demonstrações contábeis. Brasília, DF: CPC, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

FARAH, P. L. S.; RICARDINO, Á. IAS 23 – Custos de empréstimos. In: Ernst & Young, FIECAFI. *Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 245-251.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIMA, L. M. S. *IFRS: entendendo e aplicando as normas internacionais de contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2010.

MAGALHÃES, V.; OLIVEIRA, M. S.; BARBOSA JUNIOR, A. M.; FERREIRA, L. R. C.; QUEIROZ, L. M. Evidenciação dos custos de empréstimos sob os parâmetros estabelecidos pelo pronunciamento técnico - CPC 20: um estudo das empresas do setor energético listadas na bolsa de valores de São Paulo (Bovespa) no ano de 2010. In: *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, 8, 2011. *Anais...* Resende, RJ: SEGET, 2011. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/36714547.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MAPURUNGA, P. V. R.; PONTE, V. M. R.; HOLANDA, A. P. Fatores explicativos da aderência das firmas brasileiras aos disclosure relativo às informações por segmento. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*. v. 33, n. 1. p. 53-69, jan./abr. 2014.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S. *Manual de contabilidade societária*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAES, E. A. *Ambiente regulatório e evidenciação social: uma análise das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA*. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17106/1/2014_ElieneAparecidaDeMoraes.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2016.

MOURAD, N. A.; PARASKEVOPOULOS, A. *IFRS: introdução as normas internacionais de contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 60.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). et al. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003. p. 76-97.

RUFINO, M. A.; MONTE, P. A. Fatores que explicam a divulgação voluntária das 100 empresas com ações mais negociadas na BM&FBovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/2435/2102>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

SALVADOR, W. M. Análise do conteúdo de estatística descritiva no ensino médio. 2015. 71f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) –Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2015. Disponível em: <<http://mat.ufcg.edu.br/PROFmat/TCC/Wesyllis.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SANTANA, A. G.; BEZERRA, F. A.; TEIXEIRA, S. A.; CUNHA, P. R. Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas big four e não big four. *Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 19, n.3, p. 70-87, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/9151/pdf>>. Acesso em 08 jun. 2016.

SILVA, C. N.; YHANNOUM, B. M.; CUNHA, A. E.; LELES, W. J.; QUEIROZ, L. M. CPC 20 - custos de empréstimos: uma análise com as empresas da construção civil em 2010. In: *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, 8, 2011. *Anais...* Resende – RJ: SEGET, 2011. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/36714559.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

YOKOYAMA, K. Y. BAIOCO, V. G.; SOBRINHO, W. B. R.; SARLO NETO, A. A influência do tamanho da empresa na informação contábil: evidências em empresas *Large Caps* e *Small Caps* listadas na BM&FBovespa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 9, n. 3, art. 5, p. 313-330, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/1275/1079>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

APÊNDICES

LISTAS DE APÊNDICES

APÊNDICE A	Empresas Menores e Maiores ano 2011.....	48
APÊNDICE B	Empresas Menores e Maiores ano 2012.....	48
APÊNDICE C	Empresas Menores e Maiores ano 2013.....	49
APÊNDICE D	Empresas Menores e Maiores ano 2014.....	50
APÊNDICE E	Empresas Menores e Maiores ano 2015.....	50
APÊNDICE F	Empresas Menos e Mais Endividadas ano 2011.....	51
APÊNDICE G	Empresas Menos e Mais Endividadas ano 2012.....	52
APÊNDICE H	Empresas Menos e Mais Endividadas ano 2013.....	53
APÊNDICE I	Empresas Menos e Mais Endividadas ano 2014.....	53
APÊNDICE J	Empresas Menos e Mais Endividadas ano 2015.....	54
APÊNDICE K	Empresas Auditadas e Não Auditadas pelas Big Four ano 2011.....	55
APÊNDICE L	Empresas Auditadas e Não Auditadas pelas Big Four ano 2012.....	56
APÊNDICE M	Empresas Auditadas e Não Auditadas pelas Big Four ano 2013.....	56
APÊNDICE N	Empresas Auditadas e Não Auditadas pelas Big Four ano 2014.....	57
APÊNDICE O	Empresas Auditadas e Não Auditadas pelas Big Four ano 2015.....	58

APÊNDICE A - Empresas Menores e Maiores ano 2011

MEDIANA ANO 2011	R\$ 3.666.964,50
-------------------------	-------------------------

NOME DAS EMPRESAS MENORES	ATIVO TOTAL ANO 2011
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 787.859,00
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	R\$ 953.130,00
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	R\$ 1.507.111,00
TRISUL S.A.	R\$ 1.664.719,00
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 2.031.159,00
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$ 2.451.913,00
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$ 2.630.337,00
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	R\$ 3.118.797,00
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	R\$ 3.398.831,00
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$ 3.489.080,00

NOME DAS EMPRESAS MAIORES	ATIVO TOTAL ANO 2011
JSL S.A.	R\$ 3.844.849,00
TECNISA S.A.	R\$ 3.943.761,00
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	R\$ 6.476.340,00
ENEVA S.A.	R\$ 7.123.370,00
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	R\$ 7.134.342,00
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$ 9.160.646,00
GAFISA S.A.	R\$ 9.506.624,00
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	R\$ 12.028.563,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	R\$ 13.416.769,00
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	R\$ 13.662.280,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE B - Empresas Menores e Maiores ano 2012

MEDIANA ANO 2012	R\$ 4.377.096,00
-------------------------	-------------------------

NOME DAS EMPRESAS MENORES	ATIVO TOTAL ANO 2012
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 669.990,00
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	R\$ 1.056.660,00
TRISUL S.A.	R\$ 1.467.385,00
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 1.743.154,00
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	R\$ 1.892.747,00
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	R\$ 2.575.218,00
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$ 3.027.111,00
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$ 3.773.681,00
TECNISA S.A.	R\$ 4.167.991,00

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$	4.185.253,00
-----------------------------	-----	--------------

NOME DAS EMPRESAS MAIORES	ATIVO TOTAL ANO 2012	
JSL S.A.	R\$	4.568.939,00
ENEVA S.A	R\$	8.039.596,00
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	R\$	8.231.963,00
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	R\$	8.806.663,00
GAFISA S.A.	R\$	9.070.994,00
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	R\$	9.433.461,00
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$	11.108.742,00
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	R\$	12.310.884,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	R\$	13.829.895,00
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	R\$	14.429.843,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE C - Empresas Menores e Maiores ano 2013

MEDIANA ANO 2013	R\$	4.903.990,00
-------------------------	------------	---------------------

NOME DAS EMPRESAS MENORES	ATIVO TOTAL ANO 2013	
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$	583.886,00
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	R\$	1.200.483,00
TRISUL S.A.	R\$	1.238.526,00
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	R\$	1.976.902,00
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	R\$	2.059.953,00
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$	2.156.964,00
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.	R\$	2.554.079,00
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$	3.433.656,00
TECNISA S.A.	R\$	4.690.095,00
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$	4.804.693,00

NOME DAS EMPRESAS MAIORES	ATIVO TOTAL ANO 2013	
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$	4.903.990,00
JSL S.A.	R\$	5.830.098,00
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	R\$	7.592.893,00
GAFISA S.A.	R\$	8.183.030,00
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	R\$	9.103.499,00
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	R\$	9.495.236,00
ENEVA S.A	R\$	9.689.212,00
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$	10.198.449,00
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	R\$	12.637.626,00

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	R\$	14.141.494,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	R\$	14.387.099,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE D - Empresas Menores e Maiores ano 2014

MEDIANA ANO 2014	R\$	5.052.055,00
-------------------------	------------	---------------------

NOME DAS EMPRESAS MENORES	ATIVO TOTAL ANO 2014
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 422.054,00
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	R\$ 1.054.376,00
TRISUL S.A.	R\$ 1.102.593,00
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	R\$ 1.531.576,00
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 1.975.190,00
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	R\$ 2.133.250,00
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.	R\$ 2.583.844,00
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$ 3.955.520,00
TECNISA S.A.	R\$ 4.798.379,00
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$ 4.880.080,00
NOME DAS EMPRESAS MAIORES	ATIVO TOTAL ANO 2014
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$ 5.052.055,00
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	R\$ 6.791.026,00
ENEVA S.A	R\$ 7.044.418,00
GAFISA S.A.	R\$ 7.205.852,00
JSL S.A.	R\$ 7.489.311,00
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$ 10.817.175,00
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	R\$ 11.268.636,00
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	R\$ 11.635.876,00
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	R\$ 13.171.799,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	R\$ 13.420.612,00
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	R\$ 13.620.546,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE E - Empresas Menores e Maiores ano 2015

MEDIANA ANO 2015	R\$	5.260.789,00
-------------------------	------------	---------------------

NOME DAS EMPRESAS MENORES	ATIVO TOTAL ANO 2015
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 290.342,00
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	R\$ 909.304,00
TRISUL S.A.	R\$ 959.648,00

VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	R\$	1.307.012,00
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$	1.705.574,00
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	R\$	2.329.572,00
TECNISA S.A.	R\$	3.712.812,00
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$	3.887.452,00
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$	5.083.155,00
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$	5.136.789,00

NOME DAS EMPRESAS MAIORES	ATIVO TOTAL ANO 2015	
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	R\$	5.260.789,00
GAFISA S.A.	R\$	6.760.332,00
ENEVA S.A	R\$	8.492.078,00
JSL S.A.	R\$	8.742.595,00
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$	11.392.309,00
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	R\$	11.904.102,00
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	R\$	12.585.887,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	R\$	12.729.588,00
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	R\$	15.300.673,00
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	R\$	18.412.340,00
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.	R\$	21.562.650,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE F - Empresas Menos e Mais Endividadas ano 2011

EMPRESAS MENOS ENDIVIDADAS	ATIVO	PASSIVO	GE
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 787.859,00	R\$ 346.844,00	44%
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	R\$ 6.476.340,00	R\$ 3.189.400,00	49%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$ 2.451.913,00	R\$ 1.219.430,00	50%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	R\$ 13.662.280,00	R\$ 7.114.642,00	52%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$ 3.489.080,00	R\$ 1.894.606,00	54%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	R\$ 12.028.563,00	R\$ 6.578.305,00	55%
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	R\$ 953.130,00	R\$ 555.042,00	58%
TECNISA S.A.	R\$ 3.943.761,00	R\$ 2.311.447,00	59%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$ 9.160.646,00	R\$ 5.490.557,00	60%

EMPRESAS MAIS ENDIVIDADAS	ATIVO	PASSIVO	GE
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	R\$ 3.398.831,00	R\$ 2.140.288,00	63%
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	R\$ 13.416.769,00	R\$ 8.494.003,00	63%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	R\$ 1.507.111,00	R\$ 973.270,00	65%
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 2.031.159,00	R\$ 1.318.219,00	65%

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$ 2.630.337,00	R\$ 1.721.344,00	65%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	R\$ 3.118.797,00	R\$ 2.112.894,00	68%
GAFISA S.A.	R\$ 9.506.624,00	R\$ 6.759.530,00	71%
TRISUL S.A.	R\$ 1.664.719,00	R\$ 1.196.621,00	72%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	R\$ 7.134.342,00	R\$ 5.149.640,00	72%
JSL S.A.	R\$ 3.844.849,00	R\$ 3.001.363,00	78%
ENEVA S.A	R\$ 7.123.370,00	R\$ 5.753.212,00	81%

Legenda: GE – Grau de Endividamento

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE G - Empresas Menos e Mais Endividadas ano 2012

EMPRESAS MENOS ENVIDADAS	ATIVO	PASSIVO	GE
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 669.990,00	R\$ 256.375,00	38%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$ 3.773.681,00	R\$ 1.968.588,00	52%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$ 3.027.111,00	R\$ 1.605.753,00	53%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	R\$ 12.310.884,00	R\$ 6.808.633,00	55%
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 1.743.154,00	R\$ 966.557,00	55%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$ 4.185.253,00	R\$ 2.321.487,00	55%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	R\$ 14.429.843,00	R\$ 8.079.640,00	56%
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	R\$ 1.056.660,00	R\$ 641.485,00	61%
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMP E PART	R\$ 13.829.895,00	R\$ 8.436.589,00	61%

EMPRESAS MAIS ENVIDADAS	ATIVO	PASSIVO	GE
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	R\$ 8.806.663,00	R\$ 5.505.546,00	63%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$ 11.108.742,00	R\$ 7.020.769,00	63%
TECNISA S.A.	R\$ 4.167.991,00	R\$ 2.734.693,00	66%
ENEVA S.A	R\$ 8.039.596,00	R\$ 5.338.458,00	66%
TRISUL S.A.	R\$ 1.467.385,00	R\$ 979.114,00	67%
GAFISA S.A.	R\$ 9.070.994,00	R\$ 6.378.627,00	70%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	R\$ 1.892.747,00	R\$ 1.362.680,00	72%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	R\$ 8.231.963,00	R\$ 5.933.851,00	72%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	R\$ 9.433.461,00	R\$ 6.905.936,00	73%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	R\$ 2.575.218,00	R\$ 1.985.899,00	77%
JSL S.A.	R\$ 4.568.939,00	R\$ 3.619.018,00	79%

Legenda: GE – Grau de Endividamento

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE H - Empresas Menos e Mais Endividadas ano 2013

EMPRESAS MENOS ENDIVIDADAS	ATIVO	PASSIVO	GE
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 583.886,00	R\$ 192.422,00	33%
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.	R\$ 2.554.079,00	R\$ 1.158.185,00	45%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$ 4.804.693,00	R\$ 2.288.453,00	48%
TRISUL S.A.	R\$ 1.238.526,00	R\$ 639.612,00	52%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$ 3.433.656,00	R\$ 1.832.225,00	53%
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 2.156.964,00	R\$ 1.197.587,00	56%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	R\$ 14.141.494,00	R\$ 7.888.321,00	56%
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	R\$ 14.387.099,00	R\$ 8.193.051,00	57%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$ 10.198.449,00	R\$ 5.833.049,00	57%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	R\$ 12.637.626,00	R\$ 7.289.786,00	58%

EMPRESAS MAIS ENDIVIDADAS	ATIVO	PASSIVO	GE
GAFISA S.A.	R\$ 8.183.030,00	R\$ 4.968.547,00	61%
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	R\$ 9.495.236,00	R\$ 5.916.996,00	62%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$ 4.903.990,00	R\$ 3.190.616,00	65%
TECNISA S.A.	R\$ 4.690.095,00	R\$ 3.111.048,00	66%
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	R\$ 1.200.483,00	R\$ 798.885,00	67%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	R\$ 7.592.893,00	R\$ 5.128.123,00	68%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	R\$ 9.103.499,00	R\$ 6.255.852,00	69%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	R\$ 2.059.953,00	R\$ 1.503.636,00	73%
ENEVA S.A	R\$ 9.689.212,00	R\$ 7.115.339,00	73%
JSL S.A.	R\$ 5.830.098,00	R\$ 4.815.439,00	83%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	R\$ 1.976.902,00	R\$ 1.661.890,00	84%

Legenda: GE – Grau de Endividamento

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE I - Empresas Menos e Mais Endividadas ano 2014

EMPRESAS MENOS ENDIVIDADAS	ATIVO	PASSIVO	GE
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 422.054,00	R\$ 78.141,00	19%
TRISUL S.A.	R\$ 1.102.593,00	R\$ 532.367,00	48%
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.	R\$ 2.583.844,00	R\$ 1.252.236,00	48%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	R\$ 13.171.799,00	R\$ 6.604.996,00	50%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$ 4.880.080,00	R\$ 2.460.585,00	50%
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	R\$ 13.420.612,00	R\$ 7.052.767,00	53%
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 1.975.190,00	R\$ 1.057.249,00	54%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$ 3.955.520,00	R\$ 2.219.989,00	56%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$ 10.817.175,00	R\$ 6.144.257,00	57%

EMPRESAS MAIS ENDIVIDADAS	ATIVO	PASSIVO	GE
GAFISA S.A.	R\$ 7.205.852,00	R\$ 4.147.449,00	58%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	R\$ 13.620.546,00	R\$ 7.954.638,00	58%
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	R\$ 11.635.876,00	R\$ 7.293.378,00	63%
TECNISA S.A.	R\$ 4.798.379,00	R\$ 3.098.061,00	65%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$ 5.052.055,00	R\$ 3.273.039,00	65%
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	R\$ 1.054.376,00	R\$ 692.204,00	66%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	R\$ 11.268.636,00	R\$ 7.823.111,00	69%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	R\$ 6.791.026,00	R\$ 4.949.257,00	73%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	R\$ 2.133.250,00	R\$ 1.661.336,00	78%
ENEVA S.A	R\$ 7.044.418,00	R\$ 5.826.706,00	83%
JSL S.A.	R\$ 7.489.311,00	R\$ 6.444.432,00	86%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	R\$ 1.531.576,00	R\$ 1.450.063,00	95%

Legenda: GE – Grau de Endividamento

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE J - Empresas Menos e Mais Endividadas ano 2015

EMPRESAS MENOS ENDIVIDADAS	ATIVO	PASSIVO	GE
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 290.342,00	R\$ 36.265,00	12%
TRISUL S.A.	R\$ 959.648,00	R\$ 413.283,00	43%
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	R\$ 12.729.588,00	R\$ 6.050.701,00	48%
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 1.705.574,00	R\$ 853.270,00	50%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$ 5.136.789,00	R\$ 2.670.627,00	52%
TECNISA S.A.	R\$ 3.712.812,00	R\$ 2.000.799,00	54%
GAFISA S.A.	R\$ 6.760.332,00	R\$ 3.663.096,00	54%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$ 3.887.452,00	R\$ 2.109.967,00	54%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$ 11.392.309,00	R\$ 6.342.436,00	56%

EMPRESAS MAIS ENDIVIDADAS	ATIVO	PASSIVO	GE
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	R\$ 15.300.673,00	R\$ 8.658.537,00	57%
ENEVA S.A	R\$ 8.492.078,00	R\$ 4.914.900,00	58%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	R\$ 18.412.340,00	R\$ 10.923.893,00	59%
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	R\$ 909.304,00	R\$ 543.941,00	60%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$ 5.083.155,00	R\$ 3.212.843,00	63%
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	R\$ 11.904.102,00	R\$ 7.600.305,00	64%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	R\$ 12.585.887,00	R\$ 8.356.648,00	66%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	R\$ 5.260.789,00	R\$ 3.991.994,00	76%
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.	R\$ 21.562.650,00	R\$ 17.718.449,00	82%

JSL S.A.	R\$ 8.742.595,00	R\$ 7.722.722,00	88%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	R\$ 2.329.572,00	R\$ 2.232.865,00	96%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	R\$ 1.307.012,00	R\$ 1.491.724,00	114%

Legenda: GE – Grau de Endividamento

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE K - Empresas Auditadas e Não Auditadas pelas Big Four ano 2011

AUDITADAS PELAS NÃO BIG FOUR	MEDIA DE DIVULGAÇÃO ANO 2011
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	0%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	0%

AUDITADAS PELAS BIG FOUR	MEDIA DE DIVULGAÇÃO ANO 2011
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	0%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	100%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	14%
GAFISA S.A.	86%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	0%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	86%
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	86%
TECNISA S.A.	29%
TRISUL S.A.	0%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	0%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	0%
JSL S.A.	0%
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	0%
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	71%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	57%
ENEVA S.A	86%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	14%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	0%

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE L - Empresas Auditadas e Não Auditadas pelas Big Four ano 2012

AUDITADAS PELAS NÃO BIG FOUR	MEDIA DE DIVULGAÇÃO ANO 2012
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	0%
TRISUL S.A.	0%

AUDITADAS PELAS BIG FOUR	MEDIA DE DIVULGAÇÃO ANO 2012
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMP. E PART	0%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	100%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	14%
GAFISA S.A.	86%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	0%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	86%
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	86%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	0%
TECNISA S.A.	29%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	0%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	71%
JSL S.A.	0%
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	0%
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	71%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	57%
ENEVA S.A	86%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	14%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	0%

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE M - Empresas Auditadas e Não Auditadas pelas Big Four ano 2013

AUDITADAS PELAS NÃO BIG FOUR	MEDIA DE DIVULGAÇÃO ANO 2013
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	0%
TRISUL S.A.	0%

AUDITADAS PELAS BIG FOUR	MEDIA DE DIVULGAÇÃO ANO 2013
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	0%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	100%

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	14%
GAFISA S.A.	86%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	0%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	86%
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	86%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	0%
TECNISA S.A.	29%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	0%
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTI. S.A.	86%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	71%
JSL S.A.	0%
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	0%
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	71%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	0%
ENEVA S.A	86%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	14%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	0%

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE N - Empresas Auditadas e Não Auditadas pelas Big Four ano 2014

AUDITADAS PELAS NÃO BIG FOUR	MEDIA DE DIVULGAÇÃO ANO 2014
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	0%
TRISUL S.A.	0%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	0%

AUDITADAS PELAS BIG FOUR	MEDIA DE DIVULGAÇÃO ANO 2014
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	0%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	100%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	14%
GAFISA S.A.	86%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	71%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	86%
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	86%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	0%
TECNISA S.A.	71%
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTI S.A.	86%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	71%
JSL S.A.	0%

TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	0%
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	71%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	0%
ENEVA S.A	86%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	14%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	0%

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

APÊNDICE O - Empresas Auditadas e Não Auditadas pelas Big Four ano 2015

AUDITADAS PELAS NÃO BIG FOUR	MEDIA DE DIVULGAÇÃO ANO 2015
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	0%
TRISUL S.A.	0%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	0%

AUDITADAS PELAS BIG FOUR	MEDIA DE DIVULGAÇÃO ANO 2015
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	0%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	100%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	14%
GAFISA S.A.	86%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	71%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	86%
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	86%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	0%
TECNISA S.A.	71%
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTI S.A.	86%
LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	71%
JSL S.A.	0%
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	0%
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	0%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	86%
ENEVA S.A	86%
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	14%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	0%

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.